

CIDADE EDUCADORA E SISTEMAS DE ESPAÇOS LIVRES NA ABORDAGEM DA ACESSIBILIDADE: ESTUDO DE CASO NA REGIÃO DA GRANDE SANTA LUZIA, EM CRICIÚMA

Aline Eyng Savi¹

Elizabeth Maria Campanella de Siervi²

Jaqueline Porto da Silva¹

Lays Juliani Hespanhol¹

Maurício Pomplona¹

Resumo

Os espaços livres públicos são locais não edificados que formam uma trama na malha urbana das cidades. São um sistema complexo de interconexões com ambientes de lazer, contemplação, ócio, circulação, conforto, conservação e requalificação ambiental, drenagem, memória urbana e recreação. Tais características evidenciam a importância que estes locais têm na cidade, influenciando inclusive na qualidade de vida da sociedade. Nesse cenário estruturam-se dois projetos de pesquisa: Espaços livres públicos: acessibilidade para todos e Espaços Livres Públicos na Cidade Educadora, financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), realizados na área do Programa de Extensão Território Paulo Freire, desenvolvido pela UNESCO na região da Grande Santa Luzia, em Criciúma. A abordagem metodológica destaca, por um lado, a caracterização do Sistema de Espaços Livres da área e de outro pela avaliação pós-ocupação de acessibilidade nas calçadas no recorte, utilizando a metodologia “Active Design: Shaping the Sidewalk Experience”. As primeiras aproximações feitas pelo estudo já identificam elementos que apontam para um tipo de “deseducação” da cidadania impressa no espaço urbano. Este quadro fortalece a concepção de uma ideia de “cidadania espacial” como aspecto fundamental em uma proposta de Cidade Educadora no século XXI.

Palavras-chave: Cidade educadora; Acessibilidade espacial; Sistema de espaços livres; Urbanismo.

1 INTRODUÇÃO

Os espaços livres públicos são locais não edificados que formam uma trama na malha urbana das cidades. São um sistema complexo de interconexões com ambientes de lazer, contemplação, ócio, circulação, conforto, conservação e requalificação ambiental, drenagem, memória urbana e recreação. Tais características evidenciam a importância que estes locais

¹ Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc).

² Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc). E-mail: elizabeth.siervi@unesc.net.

tem perante a cidade, influenciando inclusive na qualidade de vida da sociedade. No Brasil, entretanto, pessoas com deficiência ou com restrições encontram vários obstáculos ao se deslocarem pelos espaços livres públicos, apesar deles terem obrigação de garantir que todos tivessem acesso. Para que isso seja possível, é preciso abolir as barreiras físicas, naturais ou de comunicação que existem e impedem a circulação e o uso das pessoas. Nesse cenário estruturam-se dois projetos de pesquisa: **Espaços livres públicos: acessibilidade para todos** e **Espaços Livres Públicos na Cidade Educadora**, financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), realizados na área do Programa de Extensão Território Paulo Freire, desenvolvido pela UNESCO na região da Grande Santa Luzia, em Criciúma. Os estudos se realizam de forma integrada, tendo em vista a característica de complementariedade que fortalece seus resultados. As pesquisas levantam aspectos que apoiam a compreensão desta categoria de espaço educador, sendo em dois eixos: **A. relação da pessoa com deficiência e o seu entorno com os espaços públicos**; e **B. Relação dos habitantes da área com os espaços livres e públicos**. Neste artigo são trazidos resultados preliminares dos estudos, centrando-se em uma área piloto no bairro São Defende. Os levantamentos indicam que na área não há espaços públicos, tais como praças e parque, restringindo-se estes espaços as vias e calçadas ou aos espaços contíguos as instituições públicas ou comunitárias e áreas protegidas legalmente. Este contexto aponta para a falta de planejamento dos espaços livres públicos, na área estudada, e a falta de padronização de calçadas, mais especificamente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Cidade Educadora: a cidadania expressa nos espaços públicos urbanos

No cotidiano da cidade os moradores vivem um contínuo fluxo entre as atividades ligadas ao mundo do trabalho, do estudo, da moradia e do convívio social. Na integração destes universos se conectam a locomoção e os espaços de consumo. Neste contexto, os **espaços públicos** desempenham uma especial papel, pois oferecem espaços privilegiados para ampliação da dimensão privada do indivíduo, possibilitando a aproximação e a troca de experiências entre pessoas de diferentes gerações, interesses, classes sociais, culturas, gêneros (MATOS, 2010). A qualidade-quantidade do espaço público ofertado aos moradores da cidade tem completa relação com a questão da cidadania, inserida na dinâmica de vida urbana. Esse fato se estabelece dado que a concepção de cidadania está ancorada no território

e no direito ao acesso equânime aos bens e serviços que permitam que a vida do cidadão seja plena. Neste sentido, Santos (2007, p. 18) nos auxilia a problematizar a questão: “É no território, tal como ele é atualmente, que a cidadania se dá tal como é hoje, isto é, incompleta”. Sob esta perspectiva entende-se que a transformação do território pode ser instrumento de transformação da cidadania e que o inverso também é possível de ser verdadeiro. É dentro da perspectiva de que a cidadania se aprende-ensina no território e para o território que se constrói o referencia sobre **Cidade Educadora** neste estudo (GADOTTI, 2006).

Pensar em uma concepção “educadora” para a cidade estabelece uma estreita relações entre o **espaço público** da cidade e a cidadania de seus moradores, além de estar intimamente ligada a outros temas tais como: a sustentabilidade, o estado democrático e participativo, o modelo de desenvolvimento, a organização política e territorial, a multiculturalidade, entre outros assuntos igualmente totalizantes e que contribuem para a definição de cidadãos plenos. A concepção contemporânea de “Cidades Educadoras” surge a partir de uma carta lançada, em uma primeira versão, em 1990 na cidade de Barcelona, Espanha, durante o 1º Congresso Internacional de Cidades Educadoras (CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS, 1994). Segundo elementos desta Carta a cidade, em sua prática cotidiana educadora, pode gerar e incluir diferentes formas de educação para a cidadania [formal e não-formal], seja em atividades no Plano diretor, em proposta e ações da cultura, nas escolas, no lazer ou outros espaços urbanos.

Nesta etapa de revisão conceitual, buscou-se indicações de BERNET (1997) que estabelece três dimensões para se pensar a relação educação-cidade. A ideia foi trazer concretude à discussão sobre aplicações práticas ligadas ao tema. A **dimensão educadora** observa o ato de conhecer como tarefa estabelecida em 3 tipos: **1. Aprender na cidade**; **2. Aprender sobre a cidade**; e **3. Aprender a cidade** (Quadro 1). A dimensão educadora mais claramente inserida em uma abordagem de urbana é a de “**Aprender na cidade**” uma vez que o meio urbano atua como uma estrutura educacional a partir de seus próprios equipamentos, acontecimentos e instituições. Verificamos ainda que há condições mais diretas de construir uma caracterização educadora para a cidade integrada a leitura da arquitetura e do urbanismo. Essa leitura se organiza a partir das “possibilidades formativas” trazidas pelo autor na dimensão de “aprender na cidade” (Quadro 2):

Quadro 1. Significados e dimensões da cidade educadora.

Dimensão educadora	Tipo de Processos	Nível de Ação Estratégica
APRENDER NA CIDADE [a cidade como recipiente de recursos educacionais]	A cidade contém: Estrutura pedagógica estável com instituições educacionais [formais e não formais]; A malha de equipamentos e recursos, meios e instituições, não educacionais; Um conjunto de acontecimentos educacionais efêmeros e ocasionais; Uma quantidade difusa, mas contínua e permanente de espaços, encontros e vivências não planejadas pedagogicamente.	Multiplicar; Reutilizar; Organizar; Adaptar; Compensar
APRENDER SOBRE A CIDADE [a cidade como agente de educação]	A cidade ensina diretamente: elementos de cultura; formas de vida; normas e atividades sociais; valores e contravalores; tradições, costumes, expectativas...	Selecionar; Promover
APRENDER A CIDADE [a cidade como produtora de recursos educacionais]	A cidade se ensina a si mesma, de forma superficial, parcial; desordenada; estática.	Aprofundar; “Glocalizar”; Estruturar; Criar; Engendrar

Fonte: Adaptado de BERNET (1997).

Quadro 2. Possibilidade Formativas: Meios, instituições ou situações.

Estruturas Urbanas	Descrição
Estrutura pedagógica estável	instituições educacionais como escolas de ensino infantil, fundamental, técnico e universidades
Malha de equipamentos, recursos, meios e instituições cidadãos [não especificamente educacionais]	centro cívicos, museus, zoológicos, bibliotecas, teatros, associações culturais, entre outros;
Conjunto de acontecimentos educativos planejados [efêmeros ou ocasionais]	eventos esportivos e culturais, festas comunitárias, ações de cidadania, entre outros.
Quantidade difusa de espaços permanentes para encontros e vivência cotidianas ou extraordinárias	praças, ruas, parques e outros espaços públicos existentes no meio urbano.

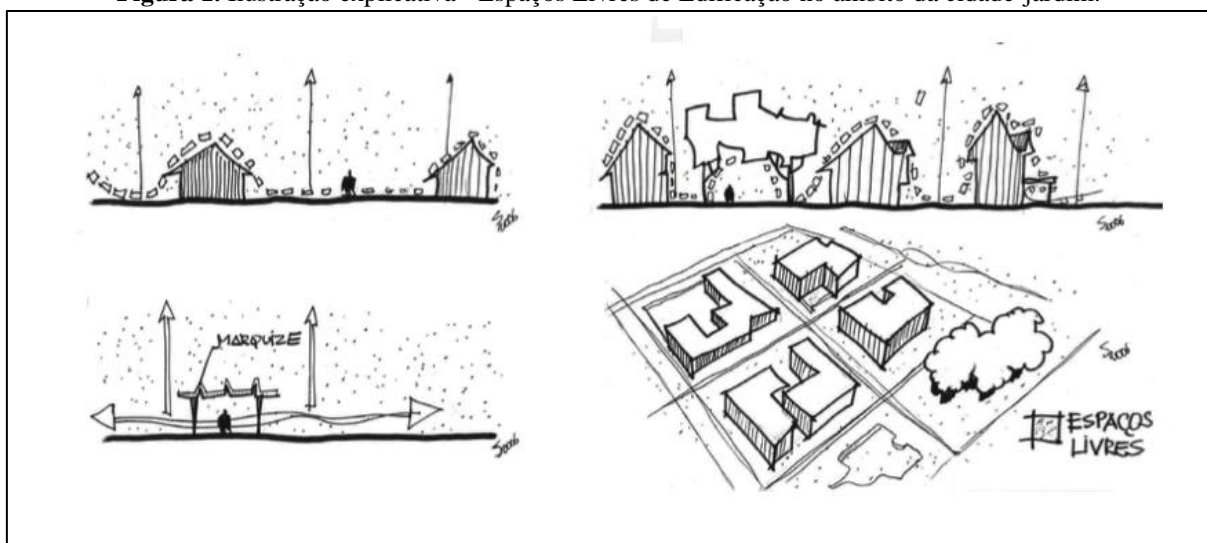
Fonte: Adaptado de BERNET (1997).

A partir de uma construção conceitual que associa a dimensão educadora da cidade com estruturas urbanas específicas como os “espaços permanentes para encontros e vivência cotidianas ou extraordinárias”, ou seja os espaços públicos urbanos, entendemos que há um campo definido para análise na área da Arquitetura e Urbanismo. Seguindo as indicações metodológicas de Bernet (1997), entendemos ainda que em “nível de ação estratégica” os processos de: multiplicar, reutilizar, coordenar, adaptar e compensar, indicam que estes espaços são importantes instrumentos para fortalecer o papel da cidadania no nível da cidade.

2.2 Sistema de espaços livres na cidade

De uma forma geral, quando pensamos em sistemas de espaços livres urbanos devemos entender que toda cidade tem, a princípio, esse sistema mesmo que não planejado ele conecta fisicamente os espaços edificados e os espaços livres de edificação da cidade (CUSTÓDIO et al., 2011). De uma forma sucinta, Magnoli (1982) define estes espaços como: “O Espaço Livre é todo espaço não ocupado por um volume edificado (espaço-solo, espaço-água, espaço-luz) ao redor das edificações e que as pessoas têm acesso”. Neste sentido, as ruas e calçadas são espaços livres urbanos por excelência, incluindo-se também os calçadões, os jardins, as matas, os parques, os pátios, as praças, os quintais, os rios, os terrenos e área vazia na cidade. Estes espaços estão representados na cidade tanto em sua porção horizontal, quanto em seus espaços verticais (Figura 1).

Figura 1. Ilustração explicativa - Espaços Livres de Edificação no âmbito da cidade-jardim.



Fonte: HIJIOKA et al. (2007).

Vale assim enriquecer a compreensão sobre este “espaço” trazendo a concepção de Custódio et al. (2011)

a localização, a acessibilidade e a distribuição dos ELs constituem um complexo de conexões com múltiplos papéis urbanos: “atividades do ócio, circulação urbana, conforto, conservação e requalificação ambiental, drenagem urbana, imaginário e memória urbana, lazer e recreação, dentre outros.

Para voltamos nossa atenção para os espaços livre em uma dimensão pública, seguimos as orientações de Custódio et al. (2011) e iremos categorizá-los em três tipos-

padrão: 1. os espaços livres com funções de circulação, convívio, lazer e recreação; 2. os espaços livres com funções de preservação ou conservação ambiental; 3. os espaços livres relacionados a usos de infra-estruturais. Podemos então entender que os “Espaços Livres” embora sejam espaços em que não há edificação, possuem algum tipo de função que podem ser classificadas de diferentes formas, conforme o enfoque ou abordagem de cada autor. Para Marion Clawson (MAGNOLI, 2006) estas categorias associam-se ao fato destes espaços proporcionarem “*perspectivas e vistas do cenário urbano*”, tais como: recreação [no mais lato sentido do termo], proteção ecológica [recarga de água do subsolo, prevenção de inundações..]; dispositivo ou influência para a morfologia urbana; e reserva de áreas sem utilização para usos futuros. Outros autores, ainda segundo Miranda Magnoli (2006) tratam estes espaços livres com outras abordagens, como por exemplo: 1. Quatro funções de Tunnard-Pushkarev - produtiva, protetora, ornamental e recreativa; e 2. As duas distinções de Charles Eliot - espaço livre “de serviço” e espaço livre “estrutural”. A conceituação que mais se aproxima da questão mobilizada por este estudo é a de Stanley Tankel, também apresentada por Miranda (2006). Neste caso o autor define que há uma relação direta entre indivíduo e sua percepção dos espaços livres, criando uma distinção básica que a partir da tomada de consciência do indivíduo sobre o espaço: ou seja, o indivíduo pode não estar consciente, porém o espaço afeta seu cotidiano. Esta percepção do espaço livre aconteceria de três formas: pelo uso, pela observação visual ou através dos sentidos, especialmente nas situações de amplitude ou de isolamento, que conformam situações espaciais urbanas raramente percebidas pelo usuário. Esta compreensão inicial nos auxilia a enriquecer o entendimento do tema e nos aponta caminhos para o aprofundamento posterior que buscará interligar os temas presentes a este estudo.

2.3 Acessibilidade espacial na cidade nos espaços livres públicos

As pesquisas apontam que 80% das viagens realizadas nas cidades são feitas a pé, uma vez que para utilizar o transporte público é necessário uma caminhada até o ponto de deslocamento rápido, tornando clara a interdependência da mobilidade pública com os acessos produzidos nos espaços livres de uma cidade. Dessa maneira acessibilidade e acesso, são correspondentes no sentido de mobilidade pública, podendo ser definidos como a condição para utilizar com segurança e autonomia os edifícios e os espaços livres públicos urbanos. A acessibilidade espacial diz respeito às características que permitem o acesso, o deslocamento, a orientação e o uso dos equipamentos por qualquer indivíduo, sem necessitar

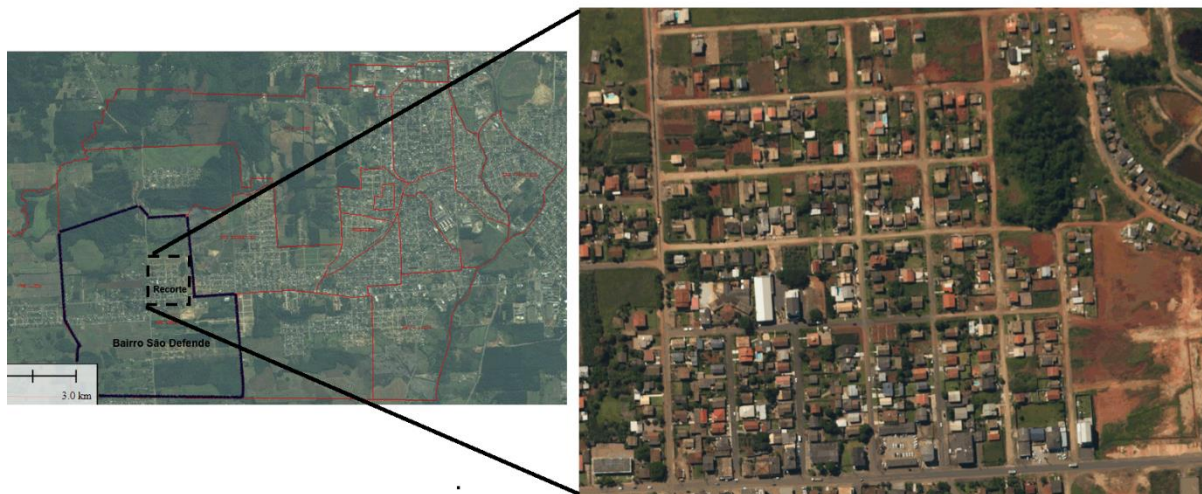
seu conhecimento prévio. No Brasil, é assegurada por leis (*e.g.* Lei Federal nº 10.098/2000), decretos (*e.g.* Decreto nº 3.298/1999) e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (*e.g.* NBR 9050/2015). Dentre os espaços livres públicos, as calçadas acessíveis devem ser projetadas com algumas condicionantes, como a eliminação de obstáculos nas calçadas; uso de textura especial para advertir o perigo; adoção de pisos não derrapantes; adoção de cruzamentos feitos por meio de rampas com cores e texturas diferentes; evitar rampas em sentido diagonal à intersecção; e o estudo preliminar antes da colocação do mobiliário (DISCHINGER; BINS ELY; BORGES, 2009).

As calçadas, bem como os demais espaços livres públicos, podem ser divididos pelos valores estéticos/simbólicos, ambiental e recreativo (ROBBA; MACEDO, 2004). No dia a dia do cidadão é a calçada a fonte de acesso e conexão entre espaços construídos e livres. Responsável pela condução da população, deveriam ser lugares agradáveis, seguros para prática da caminhada ou mesmo para outras atividades como o trabalho, estudo, socialização e circulação, mas acabaram ao longo dos anos por se tornar espaços cedidos quase que totalmente às vias de veículos, prejudicando todo o sistema de mobilidade urbana, sem conferir segurança para a circulação de pedestre, além de isolar uma parte da população – pessoas com deficiência ou restrição - por falta de acessibilidade espacial. O Desenho Universal define uma estratégia de disponibilizar um projeto de qualidade, com fácil entendimento sobre o uso (legibilidade), a segurança e o conforto para todos. Isso não significa conceber “espaços especiais” para “pessoas especiais”, mas dotar o espaço de qualidades que beneficiem a todos ou o maior universo possível (DISCHINGER, *et. al.*, 2006).

3 ABORDAGENS METODOLÓGICAS DOS ESTUDOS

A primeira definição metodológica dos estudos foi delimitar um recorte para aplicação e experimentação das metodologias propostas. A partir da análise da área delimitada no Programa Território Paulo Freire/ UNESCO, na região da Grande Santa Luzia, selecionou-se o bairro São Defende para realização do piloto do Estudo, sendo ainda definido um recorte para os levantamentos iniciais (Figura 2).

Figura 2. Localização da área piloto e recorte de levantamento inicial na região do Território Paulo Freire/UNESC.



Fonte: Adaptado de Mapeamento Temático para o Plano Diretor de Criciúma, 2004.

3.1 Metodologias dos levantamentos

Foram estabelecidas duas estratégias metodológicas para a etapa de levantamento de dados dos estudos, conforme o escopo de cada tema. A seguir apresentamos os detalhamentos metodológicos (SAVI et al., 2016).

Levantamentos dos Espaços livres públicos: Os primeiros levantamentos realizados mostraram que o planejamento e a gestão dos espaços livres da região de estudo são incipientes e ocorrem de forma desarticulada, quer dizer, com ações pontuais e sem a visão que contemple um “sistema de espaços livres”. Por outro lado, o crescimento urbano da área não considera os espaços livres existentes ou que devam passar a existir como instrumento de qualificação dos espaços da cidade, embora se incluam as áreas degradadas pela mineração neste processo de expansão. Assim, percebe-se que há uma tendência para a perda da qualidade de vida urbana na área, configurando uma paisagem urbana comprometida e majoritariamente caracterizada por áreas edificadas. Para levantamento e análise inicial dos espaços livres e da paisagem da área de estudo consideramos os seguintes elementos: Padrão morfológico dos Loteamentos e ocupação dos lotes; Sistema viário e infraestrutura de acessibilidade; Espaços livres públicos; Áreas verdes e área protegidas. Esta caracterização é feita a partir de análise documental e visitas de campo, resultando na confecção de mapas síntese e relatórios técnicos. Na segunda etapa, ainda em desenvolvimento serão realizadas atividades de campo em que serão levantados aspectos da relação dos habitantes com os espaços livres e públicos da área, observando: (1) Caracterização dos espaços; (2) tipos de

usos; (3) período de uso; e (4) relação cotidiana da população com os espaços livres públicos.

Levantamentos de acessibilidade: As metodologias adotadas para avaliar a pós-ocupação possuem viés participativo uma vez que observam as condições de pós-ocupação (ACTIVE DESIGN, 2016) e a própria experiência das pessoas com deficiência pelo Passeio Acompanhado (DISCHINGER, 2000). Propõem-se trabalhar sobre os seguintes aspectos: (1) Grupo de usuários: pessoas com deficiência; (2) Tipo de lugar: espaços livres públicos; (3) Fenômeno sócio comportamental e sócio-espacial. Para essa etapa a metodologia baseada no “Active Design: Shaping the Sidewalk Experience” é aplicada através de anotações em croquis dos tópicos: segurança, mobiliário urbano, acessibilidade, conectividade, escala do pedestre, complexidade, sustentabilidade e resiliência climática. Divide-se em etapas sendo: 1. **O passeio e seus planos:** definindo a escolha do local de análise e dos diferentes planos presentes na construção da imagem do passeio. A etapa 2. **O olhar do observador,** estabelece experiência no local, levantando pontos positivos e negativos de cada plano marcado na etapa anterior. Na etapa 3. **A solução com croqui,** o observador desenha soluções dos pontos levantados anteriormente. Outro método utilizado é o método do **Passeio Acompanhado** que consiste em escolher entrevistados e determinar um percurso relevante ao estudo, avaliando suas condições de uso através da percepção do usuário com deficiência em situações reais (DISCHINGER, 2000).

4 RESULTADOS PRELIMINARES: RECONHECENDO ASPECTOS EDUCADORES NOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS DO BAIRRO SÃO DEFENDE

4.1 Reconhecendo os espaços livres no bairro

Os primeiros levantamentos do estudo mostraram que o planejamento e a gestão dos espaços livres da região da Grande Santa Luzia são incipientes e ocorrem de forma desarticulada, quer dizer, com ações pontuais e sem a visão que contemple um “sistema de espaços livres”, incluindo a acessibilidade. Por outro lado, o crescimento urbano da área não considera os espaços livres existentes, ou que devam passar a existir, como instrumento de qualificação dos espaços da cidade, embora se incluam as áreas degradadas pela mineração neste processo de expansão das áreas habitadas. Assim, percebe-se que há uma tendência para a perda da qualidade de vida urbana na área, configurando uma paisagem urbana comprometida e majoritariamente caracterizada por áreas edificadas. No Mapeamento Temático para o Plano Diretor Participativo (2007) é possível verificar esta situação no nível

da região próxima a área do estudo piloto, conforme apresentado na Figura 3.

Figura 3. Proximidade da área de estudo [círculo em azul] com áreas degradadas pela mineração.



Fonte: IPAT. Mapeamento temático para o Plano Diretor Participativo, 2007.

Quando nos aproximamos da área em estudo verificamos que a análise do uso e ocupação do solo indica que há predomínio do uso residencial unifamiliar no bairro, entremeando-se com comércios de atendimento local em algumas ruas secundárias. A etapa de caracterização dos espaços livres da área piloto foi realizada a partir das leituras da morfologia de lotes e das ocupações pelas edificações. Este levantamento permitiu o mapeamento dos espaços livre privados e públicos da área e identificação de formas de ocupação da área (Figura 4).

Figura 4. Estudo da demarcação e ocupação dos lotes e definições figura-fundo.



Observamos que o sistema viário é o espaço livre público predominante na área do recorte e que outras áreas livres públicas presentes estão restritas aos equipamentos públicos ou institucionais, tais como escola, igreja e centro comunitário ou ainda em área de

preservação, estabelecida legalmente na nascente do Santo André. Outra característica dos espaços livres do entorno desta área são os campos de futebol que são definidos e mantidos pela própria comunidade. Na Figura 5 ilustramos esse contexto. Esta característica específica dos espaços livre públicos levantada na área auxiliou na compreensão da necessidade de se aprofundar aspectos referentes a acessibilidade ligada ao sistema viário do bairro.

Figura 5. Espaços livres públicos, institucionais e legais no recorte da área em estudo.



4.2 Caracterização e definição dos aspectos ligados acessibilidade

A pesquisa iniciou com visitas exploratórias ao recorte, para caracterizar os espaços livres públicos e identificar as maiores deficiências. Em paralelo foram elaborados materiais cartográficos acerca do tema. Nesse recorte de estudo com extensão de 19,60km² - 8,36% do território municipal - constatou-se que os espaços livres de maior impacto se restringem as áreas às áreas de recuperação ambiental, resultado da mineração de carvão a céu aberto, e as vias de ligação (*e.g.* passeios públicos, ruas e avenidas) que recebem algum tratamento. Neste aspecto, sob a abordagem da acessibilidade física e informativa das calçadas, é perceptível que os maiores problemas estão na infraestrutura e no mobiliário urbano, através: da ausência

de passeios ou sua má conservação e execução (Figura 6); falta de calçamento nas vias públicas; ineficácia ou ausência dos instrumentos de informação; falta de mobiliário urbano (como lixeiras e paradas de ônibus); escassez de espaços públicos de lazer (como praças e parques). A partir dos resultados da metodologia conjunto - “Active Design” e do Passeio Acompanhado - foram elaborados croquis de anotações e levantamentos das percepções vividas na área de estudo. As ilustrações apresentam o cenário real encontrado e as soluções projetuais universais aplicadas sobre ele. O uso de croquis sobre imagens reais tem a função didática de compartilhamento com a comunidade. Tal recurso permite a fácil compreensão e especialmente, o reconhecimento da ambiência urbana permite despertar consciência nos cidadãos.

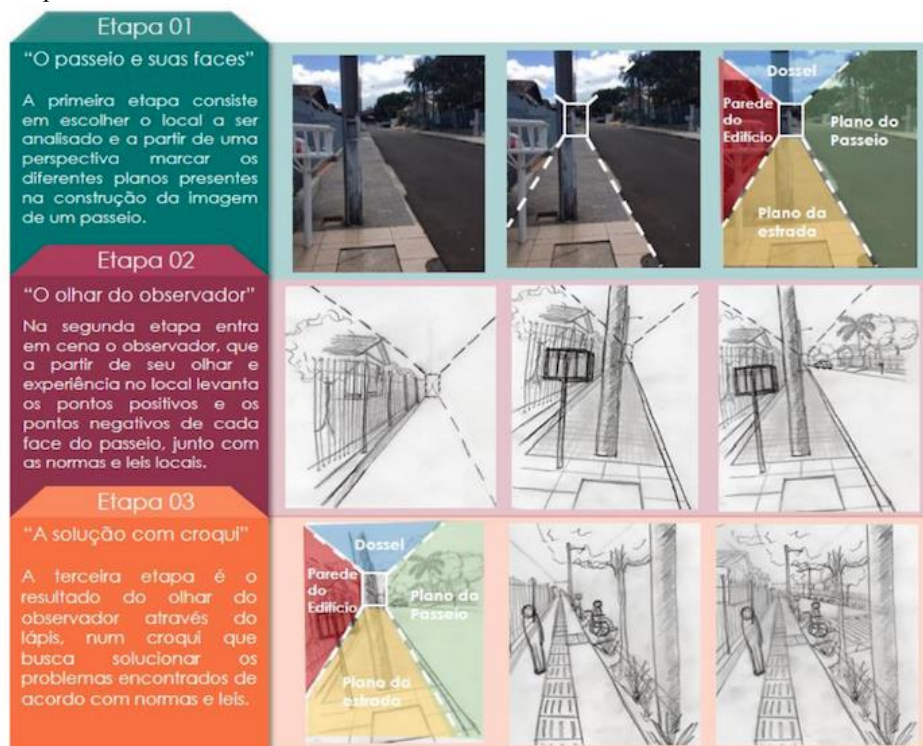
Figura 6. Ruas do recorte da Grande Santa Luzia - falta de padrão, acessibilidade ou calçada.



Fonte: GOOGLEEARTH, 2016.

O registro e a análise do Plano do Passeio é apresentado na (Figura 7). Neste contexto ainda entram aspectos dos levantamentos realizados no passeio acompanhado com o cadeirante nesta etapa de levantamento.

Figura 7. Tabela ilustrativa com os resultados obtidos pela aplicação da metodologia “Active Design: Shaping the Sidewalk Experience”.



Fonte: Adaptado de ACTIVE DESIGN (2016).

5 CONCLUSÕES

Tal qual em muitas cidades médias brasileiras, também nesta área se apresentam contradições espaciais importantes, principalmente se analisamos aspectos referentes aos os espaços públicos e a acessibilidade espacial associada.

As primeiras aproximações feitas pelo estudo, observando ainda de forma compartimentada as questões temáticas ligadas a acessibilidade e ao sistema de espaços livres, já identificam elementos que apontam para um tipo de “deseducação” da cidadania impressa no espaço urbano. Essa situação pode ser observada quando analisamos os baixos e desqualificados investimentos feitos nos espaços de acesso coletivos, entendendo que são nesses espaços que acontecem as melhores oportunidades de encontros, trocas e reconexões com a natureza.

Neste sentido, destacamos que após as leituras e análises desenvolvidas sobre cada tema desta pesquisa, está prevista uma etapa de síntese em que faremos uma elaboração teórica e propositiva avançando sobre a questão de um tipo de “cidadania espacial” que constitui aspecto fundamental em uma proposta de Cidade Educadora nesta segunda década

do século XXI.

REFERÊNCIAS

ACTIVE DESIGN: SHAPING THE SIDEWALK EXPERIENCE. Disponível em: <<https://www1.nyc.gov/assets/planning/download/pdf/plans-studies/active-design-sidewalk>>. Acesso em 15 dez. 2016.

ABNT NBR-9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Associação Brasileira de Normas Técnicas, Rio de Janeiro; ABNT, 2015.

BRASIL. Decreto nº. 3.298, de 20 de Dezembro de 1999. Regulamenta a Lei Nº 7853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a política nacional para integração da pessoa portadora de deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília.

BRASIL. Lei nº. 10.098, de 08 de Novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília.

BERNET, Trilla Jaume. Ciudades Educadoras: bases conceptuales. In: *Cidades Educadoras*. Curitiba: ed. da UFPR, 1997. p. 13-34.

CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS. Gênova: Congresso Internacional das Cidades Educadoras, 2004.

CUSTÓDIO, V.; CAMPOS, A. C. A.; MACEDO, S. S.; QUEIROGA, E. F. Espaços livres públicos nas cidades brasileiras. Revista Geográfica de América Central, Costa Rica, Número Especial EGAL, p. 1-31, II Semestre 2011.

DISCHINGER, Marta. Designing for all senses: accessible spaces for visually impaired citizens. Göteborg, Suécia, 2000. – Department of Space and Process, School of Architecture, Chalmers University of Technology.

DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera Helena Moro; BORGES, Monna Michelle F. C. Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas: o direito à escola acessível. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2009.

DISCHINGER, Marta; et al. A importância do desenvolvimento de métodos de avaliação de acessibilidade espacial – estudo de caso no Colégio de Aplicação – UFSC. Núcleo de Pesquisa em Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo - NUTAU. São Paulo: USP, 2006.

HESPANHOL, Lays 2017.

GADOTTI, Moacir. Cidade educadora e educanda. Revista Pátio, São Paulo, n. 39, agosto/out 2006. Trimestral.

HIJIOKA, Akemi et al. Espaços livres e espacialidades da esfera de vida pública: uma proposição conceitual para o estudo de sistemas de espaços livres urbanos no país. In: *Paisagem Ambiente: ensaios* - n. 23 - São Paulo - p. 116 - 123, 2007.

MATOS, Fátima Loureiro de. Espaços públicos e qualidade de vida nas cidades - O caso da cidade Porto. In: *OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia*, v.2, n.4, p.17-33, jul. 2010.

MAGNOLI, Miranda. Espaços livres e urbanização. Tese (Livre-docência) – FAUUSP, São Paulo, 1982.

MAGNOLI, Miranda. **Espaço livre**: objeto de trabalho. Paisagem e Ambiente: Ensaio, São Paulo: FAUUSP, n. 21, 2006, p. 175-198.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: EdUSP, 2007.

SAVI, Aline Eyng; SIERVI, Elizabeth M. C. de; HESPANHOL, Lays Juliani; MENDES, Joice. **Cidade Educadora**: cidadania como prática de gestão urbana. In: VII Seminário de Pesquisa em Planejamento e Gestão Territorial. UNESC, Criciúma, 08-10 nov.2016.

ROBBA, F.; MACEDO, S. S. **Praças Brasileiras**. Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia, Rio Claro, v. 2, jul - dez – 2004. p. 87-88.